



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

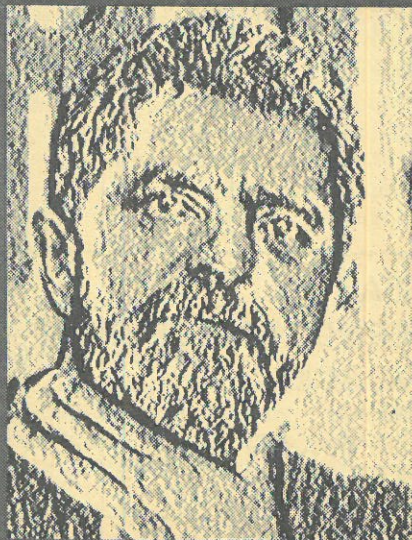
MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IX - Nº 142 - 1ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1997 - R\$ 1,00

**Quedas das bolsas
mostram avanço da
crise capitalista.
Governo FHC torra bilhões
para sustentar real
e aumenta juros.
O custo será pago
pelas massas, com
recessão, desemprego,
quebra da previdência,
demissões de funcionários.**



**A tarefa é: luta nacional e unitária de massas
para pôr abaixo o plano
antinacional e antipopular de FHC.**



**Lula está com a corda no pescoço,
e vai correr atrás das frações burguesas
que são cúmplices do plano
antinacional e antipopular aplicado por FHC.
Chamamos as correntes de esquerda
a romperem com o eleitoralismo.
Nada de frente popular, organizemos uma
frente revolucionária antiimperialista.**

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

Pela unidade grevista

O "setembro negro" das campanhas salariais do 2º semestre temido pelo patronato, em anos passados, encontra-se amortecido pela burocracia sindical pró-capitalista. Justificando a baixa inflação e com o desemprego, as direções sindicais substituem as reivindicações vitais dos trabalhadores de acordo com as pressões dos patrões. Colaboram para a sustentação da estabilidade econômica dos empresários e negociam a miséria para os trabalhadores. O aumento real e perdas salariais são negociados com a falsa participação no lucro e abonos. A medida de ocupar a fábrica para evitar a demissão, aprovada em plenária nacional da CUT (em 1996), foi transformada em pacotes de demissões voluntárias e flexibilização capitalista do trabalho. Categorias como petroleiros e bancários, seguidos pelos metalúrgicos, químicos, plásticos, carnes e frios, gráficos, jornalistas, comerciários, em campanhas salariais, capazes de levar a luta unitária de todos os trabalhadores se vêem dependentes dos acordos da burocracia sindical.

As reivindicações comuns da classe operária e demais trabalhadores não poderão ser conquistadas sem a luta política contra o poder dos capitalistas e o Plano antinacional e

antipopular de FHC. As medidas do governo atingem o conjunto dos trabalhadores e assalariados. A unidade da luta deve ser respondida com um programa de combate ao plano neoliberal. Que a CUT e os sindicatos convoquem as assembleias gerais e sejam eleitos comandos de luta. Um programa de combate ao desemprego com a implantação da escala móvel de horas de trabalho, redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, contra as privatizações, contra o congelamento do salário, a desindexação dos salários, as demissões, a reforma da previdência e a redução de verba nas áreas sociais.

As campanhas salariais que despontam neste fim do ano podem desencadear um levante nacional contra o sistema capitalista de exploração do trabalho.

O caminho das lutas

* Bancários decidem em assembleia nacional por greve "tática", isto é, paralisar as agências bancárias maiores. Em São Paulo, bancários decidem se aceitam 5% de reajuste proposto pela Fenaban.

* Bancários do Bradesco bloqueiam entrada de acesso à Cidade de Deus, onde se localiza a matriz do banco, com 7 mil bancários.

* Petroleiros fazem assembleia com indicativo de greve para dia 06/11. Rejeitaram a proposta de 3% da Petrobrás.

* Peões da Macplan Engenharia e Construção retornam ao trabalho após 3 dias de greve por atraso no pagamento dos salários.

* Ferroviários aprovam paralisação de 15 minutos na circulação dos trens e fazem passeata saindo da Estação da Luz até a avenida Paulista - Palácio dos Bandeirantes, para a próxima semana. Reivindicam reajuste de 6%, retroativa a janeiro deste ano.

* Comerciários de Osasco (database em dezembro) reivindicam 15%

de reajuste, redução da jornada, piso de R\$ 330,00.

* Metalúrgicos da FEM-CUT recusam abono de meio salário nominal, redução do adicional noturno e das horas extras e rebaixar para metade as cláusulas da convenção 96/97. Os metalúrgicos reivindicam 6,66% de reajuste salarial pelas montadoras. Patrões apontam greve para o dia 10/11 caso as negociações não evoluam.

* Metalúrgicos da comissão de fábrica foram suspensos por distribuir o jornal da categoria "Tribuna Metalúrgica" dentro da fábrica.

* Metalúrgicos da Cromap Cromação e Anodização entram em greve contra atraso dos salários.

* Metalúrgicos da Esan, em Santo André protestam em frente a fábrica contra demissões.

* Têxteis reivindicam 7% de reposição, 5% de aumento real, jornada de 40 horas, tíquetes-refeição e cesta básica. Patrões oferecem 2% de reposição e 0,42% de reajuste.

* Metroviários ameaçam operação tartaruga e paralisação durante 15 minutos a partir de novembro para pressionar participação lucro de R\$ 3500,00.

* Carteiros fazem campanha para arrecadar fundos para os demitidos da ECT durante a greve de 20 dias.

* Costureiras da L'Etiqueta Confeções, na Vila Maria, protestam em frente a fábrica e organizam mesa redonda para discutir as perseguições patronais por atividades sindicais.

* Funcionários públicos federais soltam balões pretos em protesto no Rio de Janeiro. Com a inscrição "Fome de saúde", no Dia do Servidor, a manifestação simbolizou 1032 dias sem reajuste salarial. Protestavam contra o fim da estabilidade e pelo reajuste de 28%, valor equivalente ao concedido aos militares.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Nacional



A disputa eleitoral interburguesa afeta as massas

Está evidente a dificuldade do PT constituir uma frente ampla com partidos burgueses que estão na Oposição. O lançamento da candidatura de Ciro Gomes, pelo PPS, vem no sentido de inviabilizar as pretensões dos petistas. Estes aprovaram no XI Encontro formar uma frente que englobasse o PDT, PSB, PCdoB, parte do PMDB e PSDB. Nem bem as articulações começaram, e os possíveis aliados logo se mostraram resistentes a seguir uma candidatura encabeçada pelo PT.

O PSB, através de Arraes, deixou transparecer seu ceticismo quanto à candidatura de Lula. Sua intenção era se utilizar de Ciro Gomes, para se constituir no eixo da coalizão denominada centro-esquerda. Com a ida de Ciro para o PPS e a vinda de Erundina para o PSB, começou-se a articular um outro pólo de aliança distinto da coalizão petista. Nesse momento, a candidatura de Lula está sendo abertamente questionada. Os famosos aliados, incluindo o PCdoB, trabalham pela frente ampla, que como tal não poderia ter como cabeça a candidatura de Lula. E se este já tinha dúvidas quanto a se lançar na arena eleitoral sem uma ampla articulação partidária, com estes novos fatos, vê-se num beco sem saída.

O PDT, por sua vez, imediatamente se colocou do lado do PT. O objetivo era e é de colocar Brizola no posto de vice-presidente e negociar uma troca de apoios em alguns estados-chaves, como Rio de Janeiro, São Paulo etc. Mas diante da vacilação de Lula se conformar definitivamente como candidato e a frente se mostrar fragilizada, o PDT resolveu anunciar que poderá lançar candidatura própria. Isso ocorreu na visita de Brizola a São Paulo, para prestigiar seu candidato a governador Francisco Rossi. O PDT joga uma cartada para pressionar o PT a impor aos setores resistentes regionais um acordo que o favoreça nas disputas estaduais. Se a aliança PT/PDT não se desfez, corre esse risco. Um dos indicadores, nesse sentido, é a resistência do diretório regional do Rio de Janeiro renunciar a candidatura própria em favor da de Anthony Garotinho. O Manifesto de uma ala petista exigindo candidatura própria denuncia o PDT como dilapi-

dador do Estado. Apesar de tanto Lula quanto José Dirceu exigirem que se faça concessão ao brizolismo, a situação de divisão no PT ainda perdura.

O PMDB está rachado quanto a apoiar FHC ou lançar candidatura. Segundo os defensores de FHC, esta ala seria majoritária, contando com a maioria de governadores que controlam os parlamentares. A facção que defende candidatura própria também está dividida em torno do nome de Itamar Franco. Há outros postulantes, como Sarney e Requião. O PT, através de José Dirceu, indicou que a candidatura de Requião poderia ser apoiada. Foi a mais clara demonstração de que a frente eleitoral em torno do Lula está vacilante, podendo ficar comprometida. Até mesmo discussões foram abertas com Orestes Quêrcia (PMDB/SP).

A repercussão da oscilação da candidatura Lula foi tão grande que se cogitou a retomada do nome de Tarso Genro (RS). Este, por sua vez, disputa a candidatura a governador com Olívio Dutra. Em declaração, disse que admitiria rediscutir o problema caso Dutra e Cristóvam Buarque também o fizessem, uma vez que estes estavam qualificados para a disputa presidencial. Em realidade, Tarso Genro receia a rediscussão de seu nome e perca o pé da sua indicação no Rio Grande do Sul e também não saia à presidência. Esse é mais um exemplo de luta interna em torno das candidaturas que mostra bem o caráter burguês da política do PT.

O jogo, as conspirações e as deslealdades demonstrados no campo da oposição burguesa mostram a impotência desses partidos diante da consolidada coalizão PSDB/PFL. Em realidade, a denominada centro-esquerda não se une porque não há interesse geral da burguesia em se desfazer do governo de FHC. Pelo contrário, apesar do descontentamento com a ameaça de recessão e com a política cambial monetária do Plano Real, os capitalistas não vêem outra alternativa senão dar continuidade a atual gestão. Ainda mais diante do fato de FHC contar com o apoio ostensivo do imperialismo. É nesse quadro que os partidos oposicionistas, semi-oposicionistas ou travestidos de opo-

sição não se unem para pelo menos polarizar o processo eleitoral. O que vemos é que se mostram serviçais perante a política pró-imperialista e antipopular da coligação PSDB/PFL.

O PT comparece nesse ninho de abutres completamente desesperado e dependente do resultado das manobras dos partidos ditos oposicionistas. Tal dependência é fruto de sua adaptação ao Estado capitalista e ao eleitoralismo. Este não admite a possibilidade de disputar sozinho ou com uma frente ultraminoritária. Seus ideólogos e políticos pragmáticos pensam com os números de votos e não com a tarefa de combater o governo antinacional e antipopular. Assim, os reformistas se revelam completamente corrompidos pelo manobristo e aparelhismo da política eleitoral burguesa.

As correntes de esquerda interna ao PT vêm capitulando sem atenuantes a esse curso partidário. E as correntes externas ao PT, que se reivindicam do trotskismo, a exemplo do PSTU, levantam a bandeira de defesa da candidatura de Lula acompanhada de um vice do MST. Procuram dar a idéia de que estariam se contrapondo a organização da frente ampla. Mas, na verdade, não fazem senão acobertar o papel do PT de corrente de transmissão da burguesia e de suas idéias no movimento operário e popular.

Nacional



80 anos da Revolução Russa – 150 anos do Manifesto Comunista

O POR convida para um debate em defesa da Revolução Russa e dos 150 anos do Manifesto Comunista.
Data: Domingo, 22 de novembro, às 15h30min. Local: Rua Clélia, 884 - Lapa - São Paulo

Carta aberta aos trabalhadores e estudantes

Um chamado às correntes de esquerda

A Frente de que necessitamos é uma frente de luta. Essa frente deve se organizar com o objetivo inicial de pôr abaixo o Plano antinacional e antipopular de FHC. É o princípio de constituição de uma Frente Revolucionária Antiimperialista

Nacional



As eleições presidenciais serão em outubro de 98, portanto estamos a um ano delas. Entretanto, a corrida eleitoral prevalece na situação política. Isso interessa ao governo e à burguesia. O jogo eleitoral serve para desviar a atenção dos reais problemas que afetam a classe operária e demais trabalhadores, bem como obscurece a ação governamental em torno da implantação de sua reforma neoliberal.

Nestes dias, as privatizações deram um salto à frente. O sistema de energia elétrica está sendo transferido, em grande parte, para o capital imperialista e seus sócios nacionais. O desemprego se ampliou. A inadimplência de uma parte da classe média devedora veio à tona. O governo Clinton "visitou" o Brasil para dar um ultimato: a América Latina deve se ajoelhar diante do projeto da Alca. As previsões de que a economia poderá retroceder voltaram aos noticiários. E agora um abalo sísmico atinge uma parte do sistema mundial de Bolsas, podendo se alastrar. Nesse quadro, as campanhas salariais que englobam os principais ramos da produção e de serviços estão sendo abafadas.

A preocupação central das direções sindicais, do PT e das esquerdas está voltada para a jogatina eleitoral. O PT sabemos ser um partido da ordem burguesa e, por isso, toda sua política se volta para as disputas

eleitoreiras. Mas se abriremos os jornais das esquerdas, logo constatamos que estão de olhos nas eleições e de costas para as tarefas da situação. Tarefas que impõem mobilização e luta aberta contra o governo de FHC.

O PSTU chegou a fazer um ato para defender a candidatura de Lula, acompanhada de um vice do MST. Entretanto, nada fez para chamar uma frente de combate às privatizações, ao desemprego e ao conjunto de reformas neoliberais.

A responsabilidade do PT está em que controla a CUT. E esta simplesmente tomou como natural a entrega do sistema elétrico para os monopólios internacionais, que ficaram com mais de 60% de seu controle. As medidas pró-imperialistas estão sendo impostas sem nenhuma resistência da central e sindicatos. E tudo indica que se prepara encontros da educação, dos movimentos populares, protestos contra a desemprego, conferência da CUT etc inteiramente voltados à arrematamento eleitoral. Não se pensa em seriamente organizar um movimento de massa contra o Plano de fome, miséria e entreguismo. Porém, esta é a tarefa do momento.

Não será através da disputa eleitoral que a classe operária combaterá o governo. Não será através dela que as massas oprimidas resistirão à reforma neoliberal e ao capitalismo em crise. É possível, sem dúvida, utilizar as eleições para isso, mas de forma secundária e como linha auxiliar da luta direta de massa. Mas não é isso que acontece. Toda "esquerda" está voltada para a política eleitoral imposta pela burguesia.

O Partido Operário Revolucionário (POR) vem rechaçar essa conduta antioperária e anti-revolucionária. E defender a constituição de uma frente de luta, com um programa operário antiimperialista e anticapitalista.

Chamamos as correntes de esquerda a se voltarem a constituir uma Frente Revolucionária Antiimperialista. A posição de Frente Ampla do PT e PCdoB não é senão uma versão da Frente Popular, que objetiva arrastar as organizações operárias por detrás de uma coligação eleitoral com partidos da burguesia. Devemos denunciar e rechaçar essa política de colaboração de classe. Em contrapo-

sição, o PSTU relançou sua tradicional bandeira de Frente dos Trabalhadores, ou Frente de Esquerda. Porém, não vemos nisso uma autêntica e revolucionária oposição. A razão está em que está dirigida às eleições e às candidaturas. Não se trata de uma frente de combate contra o governo e o plano.

Uma verdadeira "Frente dos Trabalhadores" têm de ser uma Frente Revolucionária Antiimperialista. Ou seja, uma frente cujo objetivo principal não é de participar nas eleições, coligando correntes de esquerda em torno de candidaturas. Além do mais, a tal Frente dos Trabalhadores é dirigida ao PT, com o objetivo de defender uma coligação partidária mais restrita em relação à defendida pelos reformistas e concentrada na candidatura do caudilho Lula.

Observamos que, em épocas eleitorais, o PSTU (antes era a Convergência Socialista) tira do arsenal a bandeira da Frente dos Trabalhadores. Passada a disputa, recolhe-a, aguardando nova oportunidade, já predeterminada pelo calendário eleitoral. E sua direção justificará como uma tática destinada à revolução socialista.

A vanguarda e os trabalhadores devem rejeitar este embuste. Tal política do centrismo esquerdista só serve para obscurecer a linha contra-revolucionária do reformismo (PT) e de sua tática de colaboração de classe. Não será com tática eleitoral que combateremos o colaboracionismo do PT com a burguesia em detrimento das necessidades das massas e de sua independência de classe. Será sim com a tática revolucionária, cuja essência é a luta direta de massa e a expressão do programa da revolução e ditadura proletárias.

A tática que corresponde à permanência da luta e de combate ao governo capitalista é a Frente Revolucionária Antiimperialista. Assim, o POR se dirige às correntes que se reivindicam da revolução socialista para que rompam com o eleitoralismo e frentepopulismo e assumam a tarefa de organizar comitês de frente antiimperialista, em torno de uma plataforma de reivindicações da classe operária e do programa da revolução social.

Crise nas bolsas expõe crise capitalista

As recentes quedas nas Bolsas de Valores por toda parte do planeta mostrou em parte o gigantismo do artificialismo e parasitismo financeiros. A origem da crise está na valorização artificial das ações das empresas, prevendo um crescimento econômico nos mesmos níveis de 1995/1996, que hoje, já se sabe, não se repetirá. E na crise das economias asiáticas, em especial da Tailândia.

O ajuste dos valores das ações levou a um estouro especulativo que tomou conta da maior parte das bolsas de valores pelo mundo. O Brasil, pela sua crescente dependência do capital financeiro internacional, foi bastante atingido. A brutal desvalorização das ações em poucos dias levou o governo a agir, pela expectativa criada de desvalorização do real frente ao dólar, que poderia chegar rapidamente aos 4,35%. Os especuladores compraram todos os dólares disponíveis e pressionaram pela alta da moeda americana. Para

evitar a perda da chamada "âncora cambial", o governo teve de se desfazer de uma fábula de dinheiro em poucos dias, cerca de oito bilhões de dólares foram despejados pelo Banco Central no mercado financeiro, os juros foram aumentados. O FMI apoiou as medidas do governo, que favoreceram os especuladores internacionais, que receberão ainda mais pelos investimentos no mercado brasileiro.

A queda dos valores das ações fez com que o governo gastasse bilhões, estabelecesse uma política de juros que consumirá muito mais recursos públicos ampliando o déficit público e desvalorizou as estatais a serem privatizadas, o que levará a menos recursos arrecadados. Além disso, altos juros são um entrave à produção, que já estava em queda e deve cair agora ainda mais. Junto a ela, a inadimplência dos devedores com prestações reajustadas em TR, atrelada à política de juros do governo.

Como se vê, as medidas do gover-

no adiaram o estouro da crise, porque ao responder com tais medidas, reduziu-se a capacidade futura do Estado em arcar com seus compromissos, porque os recursos arrecadados serão menores e os gastos com juros maiores.

Por isso FHC insistiu em agilizar as reformas da previdência e administrativa, para dar mais rapidamente um fôlego ao governo para sustentar o gigante parasitismo financeiro.

O agravamento da crise capitalista levará à ampliação da ofensiva capitalista contra as massas. A resposta tem de ser a luta nacional de massa para derrubar o plano antinacional e antipopular de FHC.

Nacional

Crise capitalista deve prosseguir

Os recentes dados econômicos reforçam as tendências apontadas pelo POR anteriormente. Em nível internacional, as quedas das bolsas de valores e as declarações do presidente do Banco Central americano apontam para uma atenuação no ritmo de crescimento econômico da principal economia do planeta, que nos dois últimos anos esteve entre 6% e 7% anuais, e deve cair para algo entre 3% e 4%. A queda do ritmo de crescimento causou retração na taxa de juros, reduzindo os ganhos especulativos, e a superestimação das ações, baseada em prognósticos otimistas, levou à desvalorização. A conjuntura econômica internacional é agravada com as situações difíceis das economias de países semicoloniais aplicadores da receita neoliberal, que a cada mês tornam-se menos capazes de garantir o pagamento dos investimentos do capital financeiro, baseado no parasitismo estatal. Tudo isso levou a reunião do FMI a colocar a necessidade de ampliar os ganhos do capital financeiro imperialista, através de "novas medidas" de abertura econômica, tais como a liberdade de concorrência de empresas estrangeiras em licitações públicas e total liberação das aplicações de curto prazo estrangeiras, ambas em relação aos países semicoloniais.

Tal crise influencia diretamente a economia e a aplicação da política econômica brasileira. A indústria sente as dificuldades de concorrência com os importados e o estrangulamento do mercado consumidor, agravado pelo congelamento salarial e desemprego. Os meses de agosto e setembro registraram redução da produção em relação ao mesmo período do ano passado. E não há pedidos suficientes para reverter essa situação até o natal, época de aumento sazonal da produção industrial.

Uma parcela de empresários brasileiros reforça sua reivindicação de desvalorização do Real frente ao dólar. Ganha apoio de setores do imperialismo, preocupados com a possibilidade do país chegar à inadimplência mais rapidamente do que se supunha. Exercem pressão contra a posição de Pedro Malan, de que as privatizações serão suficientes para sustentar a âncora cambial através do pagamento de juros elevados. Enquanto isso, o governo pressiona e trabalha pela privatização da previdência e reforma administrativa, pontos essenciais para reduzir o déficit público e dar condições de sustentar o parasitismo financeiro.

O avanço da crise está ligado a duas outras questões importantes. Primeiro, a aplicação do plano anti-

nacional e antipopular se dá sem uma resistência organizada e de conjunto das massas, devido à paralisia imposta pelas direções sindicais direitistas ou reformistas. Segundo, o país está cada vez mais sujeito às pressões do imperialismo.

A formação de uma (ou mais) frente de centro-esquerda jogará um papel extremamente reacionário na atual situação, porque comprometerá a fundo o reformismo com o sustento do plano antinacional e antipopular, e este anulará ainda mais as organizações de massa que dirige. A resposta à ofensiva capitalista deve passar pela unidade dos movimentos operário, camponês, popular e estudantil, numa frente revolucionária antiimperialista, que coloque em pé a luta antiimperialista e anticapitalista.



"Investimentos em excesso são ameaça à economia mundial"

O título acima é de um artigo do "The Wall Street Journal Americas", editado no Estado de São Paulo, em 11 de agosto de 97. Indica o impasse internacional do sistema capitalista.

O jornalista Bernard Wisocki Jr. narra que a economia americana está "em ótima forma" e "o mercado acionário está em alta". E que por isso um grupo de altos executivos de maiores empresas do mundo deveria estar "eufórico". Entretanto, nota-se a preocupação "entre esses executivos da Mobil Corp., Union Carbide Corp. e outras empresas que precisam fazer grandes investimentos de capital".

Um dos participantes, R. Duane Dickson, diz que se sente "como um profeta do apocalipse". E por quê? Eis a resposta do Diretor da consultoria Mercer Management Consulting: "Acreditamos que a fase baixa começou. Não posso prever a intensidade, mas ela pode causar muito estrago". O jornalista conclui que "apesar do barulho sobre a nova economia da tecnologia da informação, boa parte da velha

economia industrial ainda tem altas e baixas cíclicas".

Segundo sua constatação, vários ramos da economia atingiram o pico no final de 80, caíram para o ponto mais baixo em 1992 e voltaram a prosperar até o presente momento, podendo ter atingido o pico novamente. Assim, poderá haver uma nova queda, que ninguém sabe a profundidade. Setores como petróleo, química e papel já estão sendo atingidos. E começa a ser estendido para a indústria automobilística. Até mesmo em setores novos, como o dos semicondutores, a capacidade de produção está acima das possibilidades dos mercados.

Reconhece-se que houve um excesso de investimentos, sem que o aumento da produção possa ser assimilado. Prevê-se a possibilidade de uma recessão e queda na lucratividade das maiores corporações. Já se constata a queda dos preços em seis meses consecutivos.

Esta explicação jornalística da possibilidade de um novo ciclo de crise recessiva procura chegar a um ponto: o excesso de investimentos atingindo países semicoloniais, onde tais ramos mundiais estão instalados. "Assim como as fábricas, minas e usinas elétricas já estão trabalhando a 83% da capacidade, grandes acréscimos na América Latina e na Ásia podem significar um forte impacto sobre os mercados mundiais". Trata-se de um alerta para os grandes investimentos na indústria automobilística, que se instala fora dos países de origem.

A guerra comercial nesse setor, frente a um mercado cada vez mais restrito e a uma lucratividade menor, indica que a economia capitalista caminha para uma nova onda de crise. O resultado também é previsível: aumento do desemprego em grande escala e rebaixamento salarial.

Tais observações dos capitalistas desfazem as falsas análises de que o capitalismo entrou numa fase de controle e planejamento da produção, que eliminam o seu caráter anárquico. Muito pelo contrário, as inovações tecnológicas, infimamente aplicadas, se chocam com a alta concentração da propriedade monopolista, com o tremendo acúmulo de capital e com a crescente pobreza das massas mundiais.

O fato é que se avolumam os elementos de uma grande crise, que pode vir mais cedo ou mais tarde. Os capitalistas no mundo todo atacam a vida da classe operária e demais trabalhadores, aumentando a exploração e o desemprego. Também incrementam o saque dos países capitalistas atrasados, através das privatizações, abertura de mercado e aumento do controle das fontes naturais.

As massas terão de superar sua desorganização mundial, passar por cima da burocracia sindical e desenvolver um movimento revolucionário antiimperialista e anticapitalista, caso contrário os métodos da barbárie burguesa mais uma vez prevalecerão.

Pitta ataca perueiros. Sindicato dos Motoristas e Cobradores trai categoria e se alia aos patrões. Câmara Municipal aprova lei anti-perueiros. Tudo para deleite dos exploradores do transporte coletivo.

O projeto do vereador Natalício Bezerra, aprovado na Câmara Municipal pelos vereadores ligados ao prefeito Celso Pitta, proibiu o transporte em peruas. Agora, somente aqueles que já tinham se legalizado ou estavam se legalizando ou poderão circular (por enquanto). Logo a seguir, a prefeitura encaminhou projeto para que as empresas de ônibus possam colocar microônibus e peruas nas ruas, com tarifas de até R\$ 2,50.

O crescimento do número de perueiros tem 3 causas: aumento

da crise social (desemprego etc.), queda do número de ônibus nas ruas e da qualidade do transporte, e também a elevação das tarifas nos últimos anos, que tornou o negócio rentável.

Nos últimos anos, as peruas e vans foram se multiplicando, enquanto o número de ônibus foi sendo reduzido. Assim, temos mais de 6 mil perueiros em São Paulo, equivalentes a quase 2 mil ônibus.

É nesse mercado que as empresas de ônibus querem pôr a mão. Por isso conchavaram com a prefeitura a proibição dos perueiros.

O que vai acontecer? As empresas de ônibus vão aproveitar e colocar a maior parte dos ônibus somente em horários de pico. Nos outros horários, só vai ter microônibus ou peruas. Assim, esses empresários vão ganhar mais dinheiro, economizar em manu-

tenção e demitir mais motoristas e cobradores, pois vão precisar de menos ônibus.

Por isso, o apoio da diretoria do sindicato dos motoristas de ônibus aos patrões ao redor desse projeto foi uma verdadeira traição.

Os perueiros que ainda não estão legalizados também ficaram na mão. Seus sindicalistas aceitaram a divisão imposta pela prefeitura entre legalizados e não-legalizados. Esse projeto "provisório" que aceita os legalizados vai acabar com quem não teve como legalizar agora e abrir caminho para acabar com os outros no futuro.

Defendamos a imediata legalização de todos os perueiros, o fim das demissões de motoristas de ônibus, a estatização de todas as empresas de ônibus, sob controle dos trabalhadores e da população.



Para onde vai Lindberg Farias (continuação do Massas 141)

Crítica à tática da Frente Ampla

Lindberg reconhece a crítica ao etapismo e à tática estalinista de aliança com setores da burguesia nacional, considerada progressista. Diga-se, de passagem, crítica feita não só pelo PSTU, mas por todas as correntes que se reivindicam do trotskismo.

Diz Lindberg: "Continuamos perseguindo as Frentes Amplas e as alianças com setores da burguesia". (...) "Não considero progressivo e nem que contribua para acumular forças, fazer frente com Almir Gabriel e participar do seu governo no Pará, como fizemos. Não acho progressivo ter um membro num governo capaz de produzir coisas como o massacre de Eldorado dos Carajás". Reproduzimos apenas uma das denúncias, mas Lindberg faz uma série delas, que não são novidades.

Mas onde Lindberg pretende chegar com tais críticas? À defesa da candidatura de Lula. Denuncia as manobras do PCdoB que, juntamente com Arraes, Roberto Freire e Brizola, objetiva afastar Lula e colocar em seu lugar uma candidatura como a de Ciro Gomes. De fato tal manobra existe e comprova os métodos desleais do estalinismo com aqueles a quem se alia. É o pragmatismo da política burguesa.

Vejamos o que diz o próprio Lindberg. "Eu não concordo também com a política de Frente Ampla para as eleições presidenciais de 1998". (...) Como eu disse em pronunciamento na Câmara, Ciro Gomes foi da juventude arenista, Ciro Gomes não é de esquerda. E digo mais, essa vacilação em lançar Lula já faz o jogo de Ciro Gomes".

Em seguida, Lindberg adota a bandeira do PSTU de Frente dos Trabalhadores, com Lula à cabeça, tendo por vice um representante do MST. "Essa aliança representa a enorme maioria do povo. Por isso, defendo uma Frente dos Trabalhadores e defendo que lancemos Lula já, com um vice do MST". (...) "O PT, na minha opinião, deve afirmar a candidatura de Luís Ignácio Lula da Silva e encabeçar a Frente dos Trabalhadores. O PSTU está disposto - por isso a minha mudança de partido antes de 3 de outubro - a dizer ao PT que se ele se agrupar ao PSB, aos interesses do PCdoB em torno de uma candidatura de Ciro Gomes ou qualquer nome desse tipo, podemos lançar das fileiras de cá uma candidatura operária à Presidência da República". "O PSTU está disposto a lutar para que o PT assuma o papel que é seu de encabeçar uma Frente dos Trabalhadores, uma frente da verdadeira esquerda, que defenda as reivindicações do movimento".

Estas passagens são o ponto alto da explicação de Lindberg do por que aderiu ao PSTU. Logo chama a atenção o fato de não dizer que partidos compo-

riam tal frente e a rapidez da referência quanto ao programa, para não dizer desprezo. Todo problema está em defender a candidatura de Lula e vice do MST.

Tal diretriz impediu Lindberg de analisar a própria política do PT e as posições de Lula. A defesa de uma Frente Ampla não vem apenas do PCdoB. O PT aprovou essa tática frentepopulista no seu 11º Encontro, historicamente concebida pelo estalinismo. Não há diferença quanto a isso entre o PCdoB criticado e o PT defendido. Por que esconder o conteúdo de classe do programa do PT e de sua tática? Trata-se de um programa burguês ou não? A sua tática frentista é de colaboração com setores da burguesia, também considerados progressistas, ou não? O PT também tem participado ou não de governo repressivos e até mesmo assassinos de camponeses, como em Rondônia. Quem era o secretário da agricultura em Rondônia, quando os sem-terra foram massacrados? Não era do PT? O governador Cristovam Buarque, de Brasília, não jogou a tropa de choque contra os sem-teto?

E o que diz Lindberg do PT? Respondendo a acusação de carreirismo eleitoral, feita pelo PCdoB, Lindberg declara que se fosse por isso teria optado pelo PT, "partido que respeito muito, mas com o qual não tenho acordo político". Ora, o que significa respeitar muito? Qual é o teor do não "acordo político"? Primeiro faz uma declaração moral para ficar de bem com um partido contra-revolucionário, que defende abertamente a ordem capitalista, que faz coro com a campanha do imperialismo que o comunismo se mostrou inviável, que combate o marxismo-leninismo-trotskismo em nome da inevitável "globalização" e da alternativa reformista, que bloqueia burocraticamente a CUT e que pratica corrupção como qualquer partido da burguesia. Depois, diz diplomaticamente que tem desacordos, sem citar nenhum deles. Sem dúvida, trata-se de uma leviandade total, para quem ataca o colaboracionismo dos estalinistas e sai defendendo uma Frente dos Trabalhadores encabeçada pelo reformismo socialdemocrata petista.

Coincidindo com a adesão de Lindberg ao PSTU, Lula fez um chamado ao mais poderoso capitalista nacional, Antonio Ermírio de Moraes, a participar de uma Frente Ampla. É claro que o respeito do ex-militante do estalinismo não poderia ir tão longe a ponto de se calar, ainda mais quando empunhava a bandeira de Lula candidato. Mas vejamos como o respeito continua presente: "Lula não pode procurar aliança com Antonio Ermírio de Moraes, o papel reservado de Lula é o de unir os movimentos sociais contra esse governo".

Quanta hipocrisia! Quanta mentira!

Quanto respeito pequeno-burguês ao caudilhismo!

Não Lindberg, "o papel reservado" de Lula é servir à burguesia e não ao proletariado. Este operário, que liderou as greves do ABC, se vendeu há muito tempo para o patronato. Corrompeu-se política e materialmente. É o maior defensor da Frente Ampla. Tornou-se adversário das greves. Trabalhou para pôr fim à greve dos petroleiros. Apoiou o bloqueio dos EUA ao Haiti. Defende a dissolução das tendências de esquerda do PT e está pela expulsão daquelas que resistirem. Negocia sua candidatura com capitalistas de todo naipes. Pois bem, o Lula expressa não o movimento operário, mas a política burguesa no movimento operário. Isso através do PT, que recebeu dinheiro da Odebrecht, Itaú etc nas eleições passadas, partido respeitado por Lindberg. E através de sua camarilha de burocratas sindicais, que comanda a CUT e a submete aos ditames das reformas pró-imperialistas e antipopulares do governo FHC, a quem faz oposição burguesa consentida.

Tudo isso está mostrando que Lindberg não fez uma verdadeira auto-crítica da sua trajetória estalinista e não o fez porque não conseguiu fazer uma real crítica marxista do estalinismo. Assim, abraça a política centrista do PSTU, que lhe oferece uma Frente dos Trabalhadores, eleitoralista e oportunista. Política essa que tem servido para acobertar o papel contra-revolucionário do PT.

O método de omitir a verdade sobre o PT é própria do PSTU, que vem da antiga Convergência. Nesse ponto o ex-militante do PCdoB se dará bem no PSTU, caso não abra os olhos, reconheça a fundo seus erros e comece a ir de encontro com o marxismo-leninismo-trotskismo.

Nacional



O PCO muda novamente sua bandeira: agora defende o "governo democrático"

Em seu jornal nº 256, o PCO faz uma defesa de candidaturas operárias e camponesas para as eleições. Inicia fazendo uma crítica à chamada "frente

de centro-esquerda" em formação. O primeiro aspecto que chama a atenção é o desprezo pelo programa. Diz: "A primeira pergunta a ser feita é, independentemente das características específicas do programa que virá à luz, sobre o caráter político e social deste bloco eleitoral." A esse respeito, repete adiante: "quaisquer que sejam suas características, repetimos". É claro que o PCO não desconhece qual será o programa da tal frente. Será um programa burguês, de remendos ao plano Real antinacional e antipopular de FHC, com o qual os partidos da tal frente estão comprometidos em sustentar.

Este é o problema central que o PCO não consegue enxergar pela sua miopia eleitoreira: o maior problema está em que as manobras das frações burguesas ao redor da frente oposicionista objetivam comprometer ainda mais o reformismo com a sustentação do plano. O programa de tal frente já está dado a partir do momento em que o PT deliberou pela frente ampla com setores da burguesia. E será útil à burguesia por amordçar ainda mais as organizações de massa, na maioria sob a direção reformista.

Segundo o PCO, a tal aliança servirá para "neutralizar qualquer intervenção independente das massas e da classe operária através da utilização do PT". Mais à frente, o PCO admite que "a candidatura de Lula está longe de ser uma real expressão da independência política da classe operária mesmo no terreno eleitoral. E isso demonstra o esforço

empenhado em atrelar as massas exploradas à política burguesa." Aqui o que não se diz é pior do que o que se escreve. É certo que Lula não pode ser expressão da independência política da classe operária, nem no terreno eleitoral nem em nenhum outro. Para um partido revolucionário, a análise teria de começar no "outro", o da ação direta das massas, no qual se poderia ver facilmente o papel de contenção, fragmentação e quebra das lutas cumprido pelo reformismo lulista. Mas esse não é o caso do PCO, que primeiro estuda as possibilidades eleitorais. Só que não explica porque hoje não pode utilizar Lula como instrumento de independência política, se anteriormente o mesmo PCO chamou os oprimidos a votarem em Lula por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo. Mudou Lula? Mudou o PCO? Não. Lula é o mesmo elo de ligação do frentepopulismo e o PCO mantém sua política oportunistamente eleitoreira.

O fundamental é que o PCO formula assim sua bandeira: "Somente um governo das organizações próprias dos trabalhadores da cidade e do campo será capaz de colocar em prática um programa que atenda minimamente aos interesses dos explorados e somente um governo com estas características será a expressão da vontade da maioria e, portanto, democrático. Esta é a perspectiva política para os trabalhadores, nas eleições e fora delas."

Aqui estão os dois problemas essenciais: o programa que atende minima-

mente aos interesses dos trabalhadores e o governo democrático. Ambos estão interligados: o governo democrático é um produto das eleições, da via eleitoral, portanto nos limites do capitalismo. Seu programa é um tipo de programa mínimo, portanto não é revolucionário. Está aí a nova bandeira do PCO. A que ponto leva a adaptação às exigências de legalização eleitoral... à defesa da estratégia de um governo democrático, portanto com caráter de classe burguês.

E não se trata de uma frase isolada no jornal. Na matéria sobre o "Fórum de ação e debate pela cidadania" de Bauri, (o próprio nome do Fórum o denuncia, não é necessário falar nada sobre ele) o PCO defende: "o Fórum deve se transformar no eixo centralizador desta luta por colocar abaixo o esgotado e reacionário governo dos capitalistas e da corrupção e pela eleição de um governo democrático da maioria pobre e trabalhadora."

No fim, o PCO conclui defendendo a apresentação de candidatos operários e camponeses, representativos das lutas dos trabalhadores, escolhidos sobre a base de um programa de classe. Que conversa é essa? Que pretendem com esse negócio? Esses candidatos serão do PT, do PSTU ou do PCO? Que programa de classe é esse, que não é definido pelo PCO?

Essa proposta do PCO é uma cópia mal-feita da defesa do vice do MST do PSTU.

Nacional



POR ARGENTINO ATUA NA CAMPANHA ELEITORAL
O material abaixo é a boca de urna dos companheiros argentinos com a qual atuaram nas recentes eleições argentinas.

El 26/10 VOTO CONTRA: VOTO POR:

✦ El Gobierno y la Alianza UCR-FREPASO, y todos los candidatos patronales cómplices de este régimen de miseria, entrega y desocupación.
 ✦ La gran Burguesía y el imperialismo, que ayer financiaban golpes militares y hoy campañas electorales.
 ✦ El Parlamento, la Justicia, las Fuerzas Armadas, y demás instituciones de este Sistema, asesinas y encubridoras de los crímenes de Cebozas, María Soledad y Carrasco, entre tantas miles de muertes, detenciones y persecuciones.
 ✦ Los dirigentes de nuestras organizaciones (sindicales, estudiantiles, agrarias, vecinales, de derechos humanos) que forman parte del negocio electoral, abortando el plan de lucha, y traicionando así a los fogoneros y piqueteros, a los docentes y a los estudiantes, a los obreros y campesinos.
 ✦ El capitalismo como sistema, causa de la corrupción, la barbarie y la explotación que sufrimos.

✦ Un Pileto Unido Nacional de Reivindicaciones, que unifique los reclamos que ya existen a lo largo y ancho del país.
 ✦ Un Plan de Lucha para imponer estos reclamos, basado en la democracia obrera de las Asambleas de Base, y en la acción directa de masas, que prepare las condiciones para la Huelga General Política, con ocupación de los lugares de trabajo y estudio y cortes de ruta.
 ✦ Una nueva dirección, clasista y revolucionaria, de los explotados de la ciudad y el campo, que surja de la coordinación de las luchas, de la expulsión de la burocracia sindical de nuestras organizaciones, y de la puesta en pie de una Central Obrera a través de un Congreso Nacional de Bases.
 ✦ La apropiación de los medios de producción de los capitalistas y terratenientes, y la implementación de un plan económico estatal, único, basado en el interés colectivo de la población, bajo el control y dirección de un Gobierno Obrero y Campesino.
 ✦ La Revolución Proletaria y el Socialismo, concebidos como la única salida internacionalista a la crisis y a la barbarie capitalista.
 ✦ La construcción del Partido Obrero Revolucionario, como sección del Partido Mundial, la Cuarta Internacional, que hay que reconstruir.

PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO **POR (masas)** lea y difunda **Comité de Enlace por la Reconstrucción de la IV Internacional**

Cresce o desemprego em São Paulo e no país.

A saída é a escala móvel de trabalho.

O mês de setembro registrou o maior desemprego da história em São Paulo. O total de pessoas sem emprego passou de um milhão e quatrocentos mil, que corresponde a 16,3% da população.

Normalmente, o mês de setembro é um mês de crescimento do emprego. Mas, neste ano, a queda da produção industrial e a falta de pedidos para o final do ano levaram as empresas a demitirem 39 mil trabalhadores só nesse mês. Nem mesmo a contratação de 12 mil pessoas no comércio e 22 mil nos serviços conseguiu impedir o aumento do desemprego. A construção civil também demitiu milhares de operários.

Enquanto os salários e o nível de emprego caem ano a ano, a jornada de trabalho tem crescido.

Os capitalistas impõem essa situação aos assalariados. Com a abertura da economia aos produtos importados, dizem que têm de adaptar-se à concorrência, aplicando tecnologia e reduzindo custos. Mas a verdade é que conseguiram reduzir o número de trabalhadores empregados, pagam salários menores e aumentam o tempo em que o trabalhador fica na produção. Com isso, pode-se produzir mais com menos gente e pagando salários mais baixos. Os lucros são sustentados através do aumento da exploração sobre o trabalho.

A única forma de se enfrentar de verdade o desemprego é lutando para que o trabalho disponível seja repartido entre todos os capazes de trabalhar. Isso é a escala móvel de trabalho: redução da jornada de trabalho sem redução de salários, de modo a que todos possam trabalhar.

É claro que isso vai se chocar contra o lucro dos patrões. Por isso eles não vão dar isso de mão beijada. A força para se arrancar essa reivindicação justa dos patrões depende da unidade dos trabalhadores para lutar: depende das greves, manifestações etc.

Força Sindical quer jornada de 36 horas com salário menor. A direção da CUT aceita a flexibilização do trabalho.

O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva (o Paulinho), está propondo a redução da jornada de trabalho semanal para 36 horas, com redução proporcional dos salários.

Essa proposta é ótima para os patrões, porque poderão adaptar a linha de montagem às variações de mercado. Quando a produção cai, é só reduzir a jornada e economizar pagando salários menores. Se a produção aumenta, então aumentam o tempo de trabalho somente o suficiente para acompanhar o aumento das vendas. Só quem perde é o assalariado.

Devemos rejeitar essa proposta porque os salários já estão super reduzidos, não podemos aceitar mais arrocho salarial.

O presidente da CUT, o Vicentinho, diz defender a jornada de 40 horas semanais. E tem fechado acordos com empresas do ABC para flexibilizar a jornada de trabalho. Esses acordos permitem que as empresas aumentem a jornada de trabalho nos momentos de pico da produção, e compensem dando descansos quando a produção cai. Ou seja, os patrões não precisam pagar horas extras, e o tempo todo em que os trabalhadores

estiverem na produção, terão de trabalhar em ritmo acelerado. Essa proposta não combate o desemprego. Os patrões não precisam contratar mais gente nos momentos de produção maior e podem demitir de acordo com a queda do ritmo de trabalho das empresas.

Não devemos aceitar nenhuma dessas propostas. O direito ao trabalho é o direito à sobrevivência, e deve ser garantido a todos.

O desemprego é parte do capitalismo

O desemprego sempre existiu no capitalismo. É uma forma dos patrões colocarem os operários uns contra os outros, em competição. A existência de uma massa de desempregados favorece os patrões, que aumentam a exploração sobre os assalariados. As empresas demitem alguns e contratam outros por salários menores. Os trabalhadores concorrem entre si para ver quem fica com o emprego, aceitando o aumento da exploração. Os patrões se aproveitam da divisão entre os trabalhadores para os enfraquecer.

Por isso, os trabalhadores empregados e desempregados devem se unir para combater o desemprego.

É um grande erro dos dirigentes sindicais pensarem só nos trabalhadores que estão empregados e fazerem pouco caso dos desempregados.

Defendemos a unidade entre empregados e desempregados na luta contra a exploração patronal.

Quem deve morrer? Os homens ou o sistema?

Muitos patrões (e alguns sindicalistas também) dizem que a redução da jornada de trabalho sem redução de salários levaria as empresas à falência, porque diminuiriam seus lucros e sua capacidade de concorrência.

Enganam dizendo que é necessário uma política econômica de desenvolvimento, para permitir que as empresas ganhem mais, para poderem pagar melhor seus funcionários. Essa conversa é velha: já diziam os ministros da ditadura militar: "primeiro é preciso crescer o bolo, depois vamos reparti-lo". E por mais que o "bolo" tenha crescido, nunca se viu ser repartido. Ao contrário, vimos crescer a miséria cada vez mais.

Não podemos aceitar o aumento da exploração em benefício dos parasitas da humanidade. Se o capitalismo não pode nem mesmo sustentar seus escravos, então que morra o capitalismo, mas que vivam os trabalhadores e suas famílias.

Nacional



Ato contra a privatização da Telebrás

Grupo "Contra a Corrente", um exemplo do oportunismo

Movimento Operário

No dia 20/10 de outubro, em frente ao edifício-sede da Teleceará, ocorreu uma manifestação contra a privatização do sistema Telebrás. O ato foi convocado pelo "Fórum Alternativo dos Movimentos Sociais", contando com a presença de representantes do movimento popular, do serviço público, dos estudantes, do PART, do MPR e do Partido Operário Revolucionário (POR). Este desenvolveu uma intensa campanha, inclusive com nota, em defesa do estatismo, pelo controle dos trabalhadores e por uma luta nacional e unitária contra o plano de FHC.

Em debate com os telefônicos, o grupo "Contra a Corrente" (CaC) colocou-se em oposição aos interesses dos trabalhadores. Igualou a Telebrás, empresa capitalista de Estado, a uma simples empresa privada, combatendo abstratamente a exploração capitalista e negando a opressão nacional. Já o POR, de acordo com a natureza semicolonial do Brasil, defendeu o estatismo, esclareceu o caráter pró-imperialista das privatizações, expos a necessidade do controle operário e chamou os trabalhadores a organizarem comitês nas empresas e nos bairros contra o plano antinacional e antipopular do governo-FHC.

No dia do ato, o representante do CaC negou-se a falar como organização política, inscrevendo-se como "Fórum Alternativo dos Movimentos Sociais", para divulgar suas propostas. Isto quando o MPR e o POR, também organizadores do "Fórum", intervieram como agrupamentos políticos. Tal postura aparelhista, alheia à democracia operária e à política revolucionária, deve ser combatida.

Debate sobre Che Guevara e o Foquismo

Com a presença de estudantes e trabalhadores, realizou-se no dia 19 de outubro, no DCE-UFC, o debate "30 anos do assassinato do Che, uma crítica trotskista ao foquismo". Isto quando todas as correntes políticas no Ceará ou fizeram festas ou calaram-se.

Primeiro retratou-se sua postura subjetivamente revolucionária, sua rebeldia contra as injustiças sociais, seu espírito de sacrifício e seu desapego ao bem-

estar pequeno-burguês. No entanto, tais traços psicológicos, quando não são vinculados a um programa marxista, tendem a levar a desvios políticos e a tragédias pessoais.

Segundo, destacou-se seus erros políticos: 1) o desprezo pelo processo de evolução política das massas; 2) a não compreensão da necessidade do partido para a revolução socialista; 3) a substituição da ação direta das massas por grupos armados isolados destas; 4) sua crítica empírica à "coexistência pacífica", não enxergando seu fundamento na política contrarrevolucionária da burocracia parasitária dos Estados Operários; 5) seu internacionalismo intuitivo, que não evoluiu para o combate à tese estali-

nista do "socialismo num só país" e para a reconstrução da IV Internacional.

Por fim, chegou-se à conclusão de que só é possível compreender o papel histórico do Che conhecendo-se seus limites políticos. Este combatente antiimperialista, que iniciou sua atividade política apoiando o governo burguês de Jacobo Árbenz na Guatemala, evoluiu para uma crítica do entreguismo das burguesias latino-americanas e para a necessidade da revolução socialista, foi assassinado sem conseguir assimilar o programa marxista, e deixou como legado a deformação política do foquismo.

Corrente Proletária Sindical lança nota

"Abaixo a privatização da Telebrás - Organizar a luta nacional e unitária contra o plano de FHC", este é o título da nota distribuída pela Corrente Proletária Sindical, fração sindical do POR, em Fortaleza, Ceará.

Conclui: "Apenas a ação direta, uma direção revolucionária e a

construção da Frente Única Antiimperialista, derrotarão as privatizações, FHC, a burguesia e o imperialismo.

- Nenhuma privatização!
- Telecomunicações sobre o controle dos trabalhadores!
- Greve com ocupação para barrar as privatizações!
- Construir a greve geral por tempo indeterminado!
- Abaixo FHC! Por um governo operário e camponês!"

ÇÃO DIRETA

BOLETIM DA CORRENTE PROLETÁRIA - OUTUBRO DE 1987

Após 30 Anos da Revolução Proletária no Serviço Público?

PERGUNTA

PERGUNTA: O que é o foquismo?

RESPOSTA: O foquismo é uma estratégia política que se baseia na criação de grupos armados isolados, chamados "focos", que devem atuar como núcleos de transformação social, visando à instauração de um regime socialista através da luta armada.

PERGUNTA

PERGUNTA: Qual é a importância da luta sindical?

RESPOSTA: A luta sindical é fundamental para a organização dos trabalhadores, visando à melhoria das condições de trabalho e à conquista de direitos sociais e políticos.

PERGUNTA

PERGUNTA: Como é a situação política atual?

RESPOSTA: A situação política atual é caracterizada pelo avanço do imperialismo e da burguesia, que buscam aprofundar a exploração e a opressão das massas trabalhadoras.



Diretoria da Apeoesp acredita que é possível derrubar o Plano de Carreira da SE com a simples pressão aos deputados

O governo Covas, através da Secretária da Educação, prepara as condições para enviar o Plano de Carreira para a Assembléia Legislativa. Esse Plano nada tem a ver com o magistério, pois mantém o salário-base extremamente rebaixado. Amplia jornada de trabalho, isso porque com a hora-relógio os professores deverão permanecer mais tempo nas escolas. Impede a progressão na carreira. Enfatiza o método da avaliação desempenho, quando o governo destrói as condições de trabalho. Aumenta a diferença salarial entre um professor e um supervisor.

O mais grave é o fato de vincular a Carreira à efetivação do "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental" (Fundão), que é a municipalização. Uma forma de incentivar o ensino privado ou pelos convênios (parcerias) ou pelo sucateamento da escola pública, levando uma parcela de pais a procurar a rede particular.

O Plano de Carreira é parte da reforma do ensino, como também é a

municipalização e a reestruturação do ensino médio. Com a reforma do ensino médio, o governo entregará 600 horas (das 2400), ou seja, 25% para a chamada profissionalização. São as parcerias com as empresas. Os alunos deixarão de ter as aulas, os professores ficarão sem trabalho e as empresas com os bolsos cheios. Isso pela simples razão de que nenhuma empresa fará "convênio" com o Estado se não tiver lucro, seja pelas isenções, seja pelos subsídios etc.

A Municipalização, Plano de Carreira, Reforma no ensino médio e Parâmetros Curriculares estão prontos para 1998. Como se vê, o governo age diuturnamente para fazer valer a Reforma educacional, como forma de aumentar desobrigação do Estado para com a escola pública. Por outro lado, o magistério se encontra disperso. E a razão está na política das direções sindicais, particularmente da Apeoesp. Esta fica no lengalenga e nada de concreto para os professores.

Na última assembléia, a diretoria defendeu uma vigília à Assembléia

Legislativa, como pressão aos parlamentares para que não aprovem o Plano de Carreira. Uma pressão sem greve e sem a unidade da classe. Ou seja, por regiões. Com essa política, certamente só teremos derrotas. O governo barganha com os deputados a vida (Carreira) do magistério. E o magistério, fragmentado e com pouco confiança em suas direções, continua trabalhando, portanto, anulado como força social de pressão contra o governo. A única via de combate e resistência é a mobilização grevista da classe, método de luta que a diretoria vem combatendo.

OPEOESP
Educação



Conferência Estadual da Apeoesp

No último Congresso da Apeoesp, realizado no ano passado, aprovou-se a proposta da diretoria de que os congressos seriam bianuais, intercalados por uma Conferência. Assim, a primeira Conferência da Educação aconteceu nos dias 17 e 18 de outubro e reuniu cerca de dois mil professores.

A Conferência foi marcada por "mesas de interesses", entre elas a da LDB, Municipalização, Reforma do Ensino Médio etc. Vale lembrar que a Conferência não tinha caráter deliberativo e dos palestrantes ocupavam quase todo o período para expor, reservando aos professores o reduzido espaço de fazer perguntas aos debatedores. Forma essa impeditiva para o verdadeiro debate de posições políticas sobre os problemas.

Na mesa sobre a LDB esteve presente a secretária geral da Apeoesp, Eneide, que em toda sua apresentação se pautou apenas em um artigo da Lei. Propositivamente, não expôs outros artigos que envolviam o problema da municipalização, ciclos, parâmetros curriculares, piso salarial etc. A tônica da exposição da dirigente da Apeoesp se resumia em tentar con-

vencer os presentes de que é necessários aproveitar as "brechas" contidas na LDB. Com a visão de que a LDB tem pontos positivos e negativos, Eneide frisa a importância de melhorar o que há de negativo.

Os professores do POR entrevistaram criticando o caráter privatista da LDB e mostrando que é parte constitutiva das reformas neoliberais do Estado. Por isso, destacaram que não se trata de "cavar brechas", mas sim de rechaçá-la de conjunto, da mesma forma que rejeitamos integralmente as reformas constitucionais, que têm trazido demissões, arrocho, ampliação da privatização dos serviços sociais, venda dos ramos-chaves da economia e abertura desenfreada do mercado ao grande capital internacional.

Em relação à Reforma do Ensino Médio, a mesa era composta da representantes do governo, Senai, Senac, Centro Paula Souza e diretoria da Apeoesp. Logo no início, a Oposição contestou a presença do governo e defendeu a sua retirada (lei matéria ao lado). O conteúdo central da Reforma do Ensino Médio é o aumento da privatização do segundo grau. Dessa

forma, prevê transferir 25% da carga horária para a chamada "parte diversificada", que, segundo a resolução, "serão desenvolvidas no próprio estabelecimento de ensino ou em cooperação com as instituições especializadas, conveniadas, para este fim, com a instituição escolar ou o órgão gestor da rede de ensino". Não é à toa que os representantes da mesa eram os defensores dessa tal parte diversificada. Estavam ali representando os interesses desses centros vinculados às empresas privadas.

A diretoria da Apeoesp não fez nenhuma crítica à reforma do ensino médio. O burocrata, Celso, se limitou a fazer piadas e se mostrar indignado com a conduta da Oposição de

pôr para fora da mesa o representante do governo. O POR denunciou a reforma do ensino médio, como instrumento de ampliação da privatização no segundo grau. Mostrou que a função da "cooperação" nada mais é do que a entrega de 600 horas da carga horária para as mãos da iniciativa privada. Revelou que a tal reforma não visa sequer dar ao aluno uma profissão para o mercado de trabalho, pois, terminado o curso, os alunos não terão garantia de emprego. Em realidade, o objetivo da mesma é simplesmente desobrigar o Estado para com o ensino médio e cortar gastos, necessariamente, colocará no olho da rua milhares de professores.

Sobre a municipalização, todos os palestrantes tomavam o problema como um fato encerrado. Nesse sentido, a luta contra a municipalização não podia ser desenvolvida pelos mesmos. Limitaram-se a apresentar dados da fraqueza dos municípios, da corrupção das verbas em relação à educação, clientelismo etc. Pela diretoria, expôs Roberto Felício. Este tratou de apresentar a proposta de "Uma Alternativa à Municipalização".

O conteúdo central dessa proposta está em que é preciso criar um "Fundo Nacional", com recursos vindos das receitas federais, estaduais e municipais e destinado a sustentar a educação básica. Criticava a municipalização unicamente pelo fato de esta significar transferência de alunos. O que defende é a transferência de responsabilidade, o que chamava de "sistema de colaboração". Em outras palavras, a proposta da diretoria se diferenciava da do governo na forma de constituição do Fundo. Por fim, conclui que para conseguir implantar tal proposta é necessário transformá-la em "projeto de lei".

Nada mais do que colher assinaturas e entregar para os deputados, para que decidam sobre o mesmo. Nada mais falso e ludibriador.

Um militante do POR se inscreveu para denunciar toda essa maracutaia da diretoria e mostrar que a luta contra a municipalização deve ser parte da luta geral contra as reformas governamentais. Daí a importância do método da ação direta e da unidade dos trabalhadores contra o governo que privatiza a educação pública.

No final da Conferência, a diretoria propôs que fosse aprovado uma Carta, intitulada "Carta de São Paulo". Trata-se de um documento que visa estabelecer um acordo com a chamada "sociedade civil", ou seja, OAB, ABI e outras entidades do gênero. Trata-se de um consenso com essas entidades, que defendem a existência da rede privada e não lutam contra os subsídios às escolas particulares.

Por isso, o conteúdo da mesma pouco tem a ver com as reais necessidades dos professores. Propõe, entre outras coisas, "reforço aos aspectos positivos da nova LDB". Ora, uma LDB favorável à desobrigação do Estado para com a escola pública e feita para ajustar à nova reforma do ensino. Um conjunto de leis que visam ampliar a rede privada em detrimento da educação pública e que mantém as péssimas condições de trabalho.

Um segundo aspecto da Carta, é a "defesa e construção de um Sistema Público de Ensino Básico", como alternativa à municipalização. A diretoria defende a criação de um Fundo Nacional, formado pelas verbas constitucionais, destinadas ao ensino básico (do inicial até o grau médio). Enquanto o governo fala em Fundo para reunir verbas para o ensino fundamental, a diretoria fala em Fundo Único para o ensino

de 1º e 2º graus. Na verdade, essa proposta só serve para barganhar com o governo algumas quirelas a mais com o Fundo. Não serve para combater a privatização do ensino, o arrocho salarial e muito menos para defender o acesso a todos à educação em todos os níveis, bandeira história do magistério. Portanto, é reacionária e impeditiva da luta pela derrubada integral das Reformas neoliberais, entre elas a da educação.

Uma parcela de delegados de Oposição criticou o conteúdo da "Carta" e propôs que a plenária da Conferência não votasse. E que a mesma fosse assinada unicamente pela diretoria da Apeoesp. Porém, a maioria dos delegados se posicionou favorável à proposta da diretoria e a Carta será levada ao II Coned (Congresso Nacional de Educação-BH).

Esse fato demonstra o quanto a diretoria tem cedido às pressões do governo e das chamadas entidades da "Sociedade Civil". A unidade que a Apeoesp defende é com os setores que apóiam a reforma do governo, suas divergências são de detalhes e não de fundo. Por isso, essa unidade não pode levar a real defesa da escola pública, gratuita e em todos os níveis. Nem mesmo as reivindicações mais elementares do magistério estão contidas. Para se obter o apoio dessas tais entidades, a diretoria não pode mais defender as bandeiras do movimento, a exemplo da escola pública e gratuita em todos os níveis, como obrigação do Estado. A unidade que propomos é a unidade dos oprimidos e o método de ação deve ser parte da classe. Não é por acaso que defendemos as greves, ocupações, manifestações de rua etc em contraposição ao pacifismo pequeno burguês da chamada "sociedade civil".

Professores expulsam representantes do MEC da Conferência

Em uma das mesas da Conferência, o tema era a reforma do ensino médio. Estavam presentes representantes do SENAI, SENAC, Paula Souza, diretoria da Apeoesp e um membro do MEC. Os professores da Oposição se posicionaram contrários à presença do governo na mesa do debate. O argumento central era de que o representante do MEC não veio para discutir com os professores o conteúdo da reforma, pois esta já está pronta e o governo não ouvirá as opiniões do magistério. Portanto, sua presença se limitava a dizer o que o governo fará com o segundo grau. Nesse sentido, não havia debate com esse porta-voz da reforma.

Não restava outra coisa senão tirá-lo da mesa.

A diretoria da Apeoesp fez demagogia. Dizia que não era covarde e, assim, queria debater com o governo. Debater o que? Protestava a Oposição. As dúvidas, respondia a diretoria. A solução foi votar. Na primeira votação, ganhou a expulsão do representante do MEC. Na segunda, ganhou a diretoria. Sob vaias, o porta-voz da reforma do ensino médio resolveu sair do debate.

Nesse embate, o PSTU, que se diz Oposição, se absteve. Na verdade, a abstenção significou o apoio à posição da diretoria.



150 anos do Manifesto Comunista

(Parte III)

Damos continuidade à série de artigos que dizem respeito a história do Manifesto Comunista.

Estamos reeditando esta terceira parte devido a erros gráficos cometidos no último Massas, que tornavam o texto incompreensível.

Principais teses dos "Princípios do Comunismo"

Mostramos em artigos anteriores que os Princípios do Comunismo serviram de base para Marx e Engels redigirem o Manifesto do Partido Comunista. Agora vamos destacar as principais teses desse programa inicial da Liga dos Comunistas.

De forma muito resumida, Engels define o comunismo como "a doutrina que ensina as condições para a emancipação do proletariado. Essa idéia inicial dos Princípios acentua o conteúdo histórico da libertação do proletariado do jugo da exploração e opressão capitalistas. A idéia de doutrina mostra que o comunismo é um conjunto coerente de princípios, análises, teoria e posições voltado à tarefa de emancipação do proletariado.

O rol de questões seguintes vem justamente expor os fundamentos de tal doutrina. Começa por definir o que é o proletariado, como surgiu, o seu lugar nas relações de produção capitalista e a sua distinção em relação às classes oprimidas existentes anteriormente ao capitalismo.

Não é por acaso que Engels dá grande ênfase na explicação do vínculo do proletariado com as relações capitalistas de produção e seu caráter de classe revolucionária. Procura mostrar que o que define o proletariado não é o simples fato de ser pobre. O conceito de proletariado se refere à classe de explorados pela classe capitalista "que vive única e exclusivamente da venda de seu trabalho e não de ganho de capital". Demonstra, portanto, que "o proletariado surgiu da revolução industrial levada a cabo na Inglaterra na segunda metade do século passado e que então se estendeu a todos países civilizados do mundo".

Opostamente, a classe capitalista é aquela que possui os meios de produção e explora o proletariado. Nessa relação capitalista entre exploradores e explorados, Engels mostra como o trabalho se constitui em mercadoria. Fundamenta a teoria da exploração capitalista do trabalho revelando que "o preço do trabalho equivale, portanto, ao custo de produção do trabalho. E o custo de produção do trabalho consiste precisamente na quantidade de meios de vida que se necessita para manter o operário em condições de poder trabalhar e não deixar perecer a classe operária".

O desenvolvimento crescente da grande indústria irá promover o vasto

crescimento do proletariado e concentrá-lo nas grandes cidades. Cresce o antagonismo de classe entre o proletariado e a burguesia. O aumento da exploração do trabalho com a introdução de novas máquinas provoca um descontentamento "cada vez maior do proletariado" e assim vai se "preparando a revolução da sociedade através deste".

Fica assinalado nos "Princípios do Comunismo" a idéia de que o proletariado é a classe dos explorados que encarna a revolução social. Engels mostra que a grande indústria do modo capitalista de produção não só desenvolveu o proletariado como classe revolucionária como logo se revelou fonte de tremendas crises econômicas. A grande capacidade de produção obtida pela maquinaria permite que em determinado momento "se produza mais do que se possa consumir". Estoura a "crise comercial".

Engels descreve sucintamente o processo: "As fábricas se vêm obrigadas a parar, os fabricantes se quebram e os operários ficam sem pão. Declara-se por toda a parte uma miséria espantosa. Depois de alguns tempo, os produtos excedentes encontram saída, as fábricas voltam a funcionar, os salários sobem e, pouco a pouco, os negócios voltam a marchar melhor do que nunca. Mas não passa muito tempo antes de que se volte a produzir em excesso e estoure uma nova crise, seguindo o mesmo curso da anterior".

Engels revela uma das principais contradições do sistema capitalista de produção, ou seja, o choque entre as forças produtivas e as relações de produção. A força de trabalho e a maquinaria, constitutivas das forças produtivas, se vêm travadas pela propriedade privada capitalista. Dessa forma, "a grande indústria, enquanto continuar sendo explorada sob a base atual, só pode sustentar-se a custa de uma crise geral que se repete a cada 7 anos e que cada vez ameaça a toda a civilização, não só afundando na miséria os proletários mas também arruinando um grande número de burgueses".

Engels logo explica que o problema não está na "grande indústria mesmo", mas no fato desta estar nas mãos dos capitalistas e servirem de exploração da força de trabalho. E que, portanto, se "impõe incontestavelmente uma organização totalmente nova da sociedade, em que a direção da produção industrial não esteja já nas mãos de fabricantes individuais em concorrência uns

com os outros, mas sim nas mãos de toda sociedade, de acordo com um plano estabelecido e atendendo às necessidades da produção industrial em seu conjunto". Se a capacidade de produção infinita da grande indústria capitalista resulta em grandes crises econômicas e miséria cada vez mais ampla das massas, essa mesma indústria submetida a uma "outra organização social, acabará com esta miséria e com estas funestas flutuações". Esta "outra organização social" não é senão a propriedade coletiva dos meios de produção, que substituirá a propriedade privada dos meios de produção.

Assim Engels conclui:

"1) que, a partir de agora, todos esses males são atribuídos exclusivamente a uma ordem social que já não corresponde às relações existentes, e;

"2) que conta com os meios necessários para pôr fim total a estes males mediante a implantação de uma nova ordem social".

Os dois pontos iniciais dos "Princípios do Comunismo" são: a presença do proletariado como classe capaz de realizar a revolução social e o amadurecimento das condições objetivas para que a revolução social possa dar lugar às transformações históricas. O vínculo entre a classe operária e as contradições do modo de produção capitalista, que precipitam a sociedade burguesa em grandes convulsões, demonstra o cuidado como Engels introduziu os Princípios do Comunismo.

Internacional



150 anos do Manifesto Comunista

(IV Parte)

Mostramos, anteriormente, que os Princípios do Comunismo começam por definir o proletariado como classe revolucionária, nascida e desenvolvi-

da no interior do capitalismo, e as principais contradições do modo de produção burguês, que provocam crises constantes. Em seguida, Engels descreverá uma das principais tarefas do programa comunista. Ou seja, a abolição da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade coletiva. "A abolição da propriedade privada constitui, inclusive, a condensação mais concisa e mais característica da transformação de toda a sociedade, transformação que deriva do desenvolvimento da indústria, e é por isso que os comunistas a destacam como seu postulado fundamental".

Como se vê, os Princípios mostram que o desenvolvimento da indústria capitalista e seu esgotamento colocam historicamente a necessidade de sua transformação. Não se trata simplesmente de abolir a propriedade privada dos meios de produção, mas de transformá-la em propriedade social. Os inúmeros ramos da produção deixarão de ser explorados pela minoria capitalista. Passarão a ser utilizados e planejados por "todos os membros da sociedade". Em lugar da exploração e concorrência capitalistas, se edificarão rela-

ções associativas. Assim, a produção e a distribuição passarão da forma de exploração individual para a de "comunidade de bens".

O capitalismo comparece como a última sociedade baseada na exploração do homem pelo homem. Isso porque resulta de um processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas. Não é por acaso que Engels faz e responde a pergunta: "Quer dizer, então, que a abolição da propriedade privada não era possível antes?". Responde pela negativa. E, fundamental: "Toda mudança da ordem social, toda transformação das relações de propriedade é uma consequência necessária do nascimento de novas forças produtivas, que já não mais correspondem às relações de propriedades anteriores".

No capitalismo, as forças produtivas se desenvolveram em grande escala sob a forma da propriedade privada dos meios de produção. Tal forma de propriedade deixa de ser um instrumento para o avanço das forças produtivas e passa a ser um obstáculo a elas. Nas sociedades anteriores, o mesmo fenômeno ocorreu. O que demonstra a tese dos Princípios do Comunismo que o esgotamento de uma ordem social é dado pela contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, configuradas na forma da propriedade dos meios de produção e da luta de classes, em se tratando das sociedades de classes.

O capitalismo, pelo fato de ser um modo de produção superior aos demais, criou as condições materiais e históricas para a abolição definitiva da sociedade de classe. Baseado na observação do desenvolvimento da grande indústria, Engels assim resume a análise de tal premissa: "(...) a grande indústria criou, em primeiro lugar, capitais e forças produtivas em proporções jamais anteriormente conhecidas e existem, além disso, os meios necessários para multiplicar estas forças produtivas até o infinito; em segundo lugar, estas forças produtivas se acham concentradas em mãos de um punhado de burgueses, enquanto que a imensa maioria do povo se vê empurrada cada vez mais

para as filas do proletariado, na qual sua situação se torna mais miserável e insuportável na medida em que crescem as riquezas da burguesia; em terceiro lugar, estas formidáveis forças produtivas, susceptíveis de crescerem facilmente, ultrapassam a tal ponto os marcos da propriedade privada e os da burguesia, que a cada passo provocam as mais violentas perturbações da ordem social, agora e somente agora tornou-se possível a abolição da propriedade privada e, além de possível, absolutamente necessária".

Mas por que caminho o proletariado transformará a propriedade privada? Trata-se do problema da revolução. Engels descarta a possibilidade da burguesia ceder às transformações pela via pacífica. Embora esta fosse a mais desejável, não é possível. A burguesia age como classe contra-revolucionária. Utiliza-se da violência para impedir pelo força o desenvolvimento político do proletariado. Por outro lado, a derrota da burguesia não será possível através de conspirações isoladas. Engels as considera, inclusive, daninhas. Rechaça, portanto, de um lado, a via pacífica e, de outro, a conspiração inoperante. Em contraposição a elas, mostra que "as revoluções não são fruto da vontade e da intenção de ninguém, senão que estouram sempre em toda parte como resultado necessário de condições absolutamente independentes da vontade e da direção de tais ou quais partidos e de classes inteiras".

Está aí a formulação de que a revolução social tem por base as condições materiais e históricas. O proletariado acaba por ser empurrado para a revolução, em função de tais condições. E cabe aos comunistas, como diz Engels, "defender com a ação a causa do proletariado". O que significa assumir os métodos e as formas revolucionárias impostas pelas leis próprias da revolução social. Eis a concepção originária da revolução violenta, que consta nos Princípios do Comunismo.

O POR fará um curso sobre a atualidade do Manifesto Comunista, sua história e seus princípios. Entre em contato com o distribuidor deste jornal para maiores informações.



Bolívia: A descertificação é problema do imperialismo-burguesia e não dos camponeses

A direção dos cocaleiros trabalha contra os interesses fundamentais dos camponeses e a serviço da política do governo burguês, que não é mais que repetição do que o que coloca o imperialismo.

Os "líderes" dos cocaleiros — não são trocados por ninguém desde o momento em que foram declarados "honoráveis" — desenvolvem uma política favorável ao governo e ao imperialismo e que nada tem a ver com os interesses dos camponeses.

O governo burguês se comprometeu em destruir os cocais e aceitou que se o castigue se não cumprir com suas promessas, isto porque é laço do imperialismo.

Os camponeses não têm porque submeter-se a essas imposições. Os maus dirigentes traem suas bases quando repetem a política servil da burguesia. A descertificação não é seu problema.

Os nada honoráveis burocratas apresentaram planos para erradicar

a coca e para evitar a descertificação, isto como se fossem governo. Tal conduta é uma traição às bases.

Os camponeses devem lutar pelo livre cultivo, comercialização e industrialização (inclusive fabricar cocaína) da folha de coca, pelo seu próprio estado soberano.

(extraído do Masas bolivião nº 1586)

Argentina: A esquerda e as eleições

Como desenvolvemos em outras notas, o POR faz campanha diante das eleições impulsionando um voto programático em razão da impossibilidade de apresentar nossos próprios candidatos. Candidaturas que permitissem ampliar a propaganda da estratégia proletária, da necessidade da revolução social, da expropriação da burguesia, de promover a ação direta de massa para resolução de todos os problemas, revelando o caráter da ditadura da burguesia etc.

Mas achamos necessário explicar por que não chamamos a votar por alguma das listas que se apresentam com bandeiras de esquerda.

Em primeiro lugar, entendemos que as eleições não são o terreno de solução de nenhuma das reivindicações das massas. É um terreno de confrontação de programas e estratégias. É um terreno para que os revolucionários desenvolvam toda propaganda revolucionária. Nas campanhas eleitorais, cada partido deve propor abertamente diante das massas qual é o seu programa, polemizar e combater os programas apresentados pelos partidos de outras classes sociais.

Somente os revolucionários propõem com toda clareza que querem fazer a revolução e instaurar a ditadura proletária (governo operário e camponês). Somente seria possível uma frente eleitoral nesses termos com organizações que se reivindicam expressamente da classe operária e de sua estratégia (o que não descartamos que aconteça em algum momento).

Este é o motivo principal pelo qual não aderimos as frentes que se formaram nem chamamos a votar pelas listas que se apresentaram.

Não é porque sejam organizações minoritárias e porque os resultados eleitorais não atinjam meio por cento.

O que define são as posições que

levantam essas organizações.

A "Esquerda Unida" (PC e MST) que tem como candidato Floreal Gorini e Luís Zamora levanta posições parlamentaristas, de tipo social-democrata, que combinam denúncias nacionalistas com algumas reivindicações populares, posições que se fundem sob o programa historicamente contra-revolucionário do estalinismo nacional.

O Partido Obrero acentuou sua direitação abandonando toda a formulação estratégica. Esta não pode ser substituída por denúncias mais ou menos radicalizadas contra o Governo e a Aliança. Fracassou em seu intento de ser parte da Esquerda Unida, seguramente por mesquinhez das outras organizações, já que, quando lhes propôs a formação de uma frente de esquerda para as eleições, desde o fim do ano passado, não defendeu um programa de classe.

Quando dizemos um programa de classe, dizemos estratégia: como pode ser que partidos que se reclamam, pelo menos socialistas, comunistas, operários, não queiram colocar em seus princípios a estratégia revolucionária? O PO, como outras correntes de esquerda, pretendem confundir dizendo que levantam um programa operário, quando o que faz é apenas formular uma quantidade de reivindicações, como se pudessem ser resolvidas no marco do capitalismo, sem a necessidade da revolução.

O PTS (que ainda não sabemos se alcançou registro legal em Buenos Aires), com um discurso mais radicalizado, não faz senão reclamar um "plano econômico de emergência" e que se multiplique a "democracia direta" como se expressou em Cutral Co, como base um "governo operário e popular" etc. O problema do poder continua sem ser formulado em termos proletários, nem mesmo caracterizando que o regime

está atravessando um situação de debilidade. O "governo operário e popular" a que se referem será obra de eleições ou da revolução? Esse governo popular é a ditadura do proletariado, ou se trata de uma etapa anterior? O PTS continua reclamando porque não se conformou uma Frente de Trabalhadores com as outras correntes, as quais abusivamente denominam de trotskistas, sem compreender como devem intervir os revolucionários nas eleições.

Este é um problema comum a quase todas as organizações que se reivindicam de esquerda. Reclamam a unidade para as eleições como um fim revolucionário em si mesmo, sem formular qual é a política que corresponde a classe operária frente a ditadura da burguesia.

Nossa posição não é de forma alguma divisionista: frente às lutas de todos os dias, nos sindicatos, nas ruas, nos colégios, frente a repressão etc propomos e exigimos a unidade, para a luta, sem condicionamentos, sem mesquinhez, sem aparelhismo. Entretanto, nesse terreno, no qual estamos todos obrigados a unidade de classe, cada dia se torna mais difícil trabalhar.



Os Trotskistas no Brasil

Depois de discutirmos as organizações trotskistas na época do golpe de 64 e de vermos como algumas correntes foquistas no Brasil se alinharam com o atalho a *La Cubana* do Secretariado Unificado da IV Internacional, estaremos agora discutindo o surgimento das atuais correntes que se reivindicam trotskistas. Nesta edição falaremos um pouco sobre a Organização Socialista Internacionalista, conhecida no movimento pelo seu jornal "O Trabalho".

Internacional

O Surgimento da Organização Socialista Internacionalista (OSI)

A necessidade de organizar a IV Internacional seguindo o método do Programa de Transição, ou seja contra os atalhos que o SU levava adiante, levou a Organização Comunista Internacionalista francesa, dirigida por Lambert, a soltar um documento onde colocava a necessidade da formação de um Comitê de Reorganização da Quarta Internacional (CORQUI), em 1972. Na América Latina, somaram-se a este esforço o Partido Operário Revolucionário boliviano e Política Obrera argentino.

Impulsionados pelo CORQUI, em 1975, no Brasil, ocorre a unificação da Fração Bolchevique Trotskista, do Grupo Outubro e da Organização pela Mobilização Operária (dissidência do Grupo 1º de Maio), formando a Organização Marxista Brasileira. Em novembro de 1976, a OMB se unifica com o Grupo 1º de Maio, formando a OSI.

Com grande peso no movimento estudantil, ficou conhecida durante muitos anos pelo nome de sua corrente estudantil "Liberdade e Luta" (Libelu).

A falta de dirigentes experimentados fez com que a jovem organização mudasse constantemente sua linha política, ziguezagueando nas suas posições. Certamente, o fator preponderante foi a mudança operada em nível internacional pela OCI. Esta passou a negar a tática da Frente Única Antiimperialista e a ver nos sindicatos burocratizados

todos os males do atraso organizativo do proletariado. O que influenciaria a jovem organização brasileira a abandonar a luta pela expulsão da burocracia e construção de frações revolucionárias no seu interior.

Se no âmbito sindical, sua posição inicial era de militar arduamente nos sindicatos, já em 78 a experiência com a burocracia sindical levou-os a concluir que os sindicatos eram organizações da burguesia, sendo necessário construir imediatamente os Sindicatos Livres e uma Central Sindical Independente. Partindo dessa caracterização, passou a defender a destruição dos sindicatos. Esta avaliação levou a OSI ao esquerdismo.

A mudança da linha sindical levou militantes a questionarem as novas diretrizes, a tal ponto que, em meados de 79, no II Congresso concretizou-se o racha. Os militantes saídos da OSI formaram a Organização Quarta Internacional (OQI), conhecida pelo seu jornal *Causa Operária*.

A resposta da classe à linha da OSI foi rápida. No início de 80, a OSI já avaliava seus erros, os poucos Sindicatos Livres, como o da Construção Civil do Rio Grande do Sul, tiveram uma vida efêmera.

A mudança de posicionamento se deu em seu IV Congresso, com uma autocrítica reconhecendo que as massas tinham os sindicatos oficiais como seus instrumentos de luta e que seria necessário colocá-los sob uma direção independente.

A partir desta nova linha conseguiram conquistar alguns postos na direção sindical e impulsionaram a realização do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), como parte da política da construção da Central Sindical.

No plano político, a OSI se colocava pela construção de um Partido Revolucionário Independente dos Trabalhadores (?!). Quando surge a proposta do PT, seu III Congresso (julho de 1979) afirmava que seria "mais um partido da Burguesia...", "surgido no interior dos sindicatos burocratizados...", "aglutinando velhos pelegos e pelegos novos...", "que jogará ao lado do PCB um papel de apoio a ditadura...".

Como vemos, a mesma posição esquerdista com relação aos sindicatos a OSI teve inicialmente com relação ao PT. Neste momento se negava a discutir com a vanguarda que saía das lutas de 78/79 a questão do Programa Revolucionário.

A partir de fevereiro de 1980, com a realização de sua I Conferência Nacional, a OSI começará a mudar vagarosamente sua posição esquerdista para o oportunismo, tornando-se paulatinamente em braço esquerdo desta mesma burocracia que tanto criticava.

Vejamos sua trajetória com relação ao PT até 1986:

a) I Conferência Nacional (fevereiro de 1980)

"...apesar de ser uma articulação de agentes da burguesia, não evoluirá a ser um pilar da ditadura, pois a força motriz de sua articulação é a luta dos trabalhadores..."

b) IV Congresso

"Temos a necessidade de construir um PT sem patrões", "somos parte integrante do PT, sem dissolver-se enquanto organização bolchevique"

Neste congresso, se afunilou a chamada sob uma direção independente para os sindicatos, com a necessidade de se aproximar dos proponentes do Manifesto dos 113 (nossa velha e conhecida Articulação), estes sempre repeliram a OSI, e esta por sua vez para ganhar confiança começaram a fazer concessões programáticas e não pararam mais.

c) VIII Congresso (maio de 1984): tentando aparar suas arestas com os 113, a OSI decide deixar de publicar seu jornal (que se tornaria uma revista mensal) e muda o nome de sua organização para Fração Quarta Internacional, isto para "flexibilizar a estrutura partidária, adaptando-se ao novo lugar que passamos a ocupar no interior do PT, como fração legítima".

d) O 8º Encontro Nacional (1985) muda o caráter de Congresso para Encontro, abrindo-o à participação dos dirigentes da Articulação.

e) O 9º Encontro Nacional (setembro de 1986) extingue a revista que se transforma em Boletim Interno de distribuição a petistas e novamente muda seu nome para "O Trabalho" corrente interna do PT.

Como pudemos notar, as mudanças organizativas e de elaboração e propaganda estavam subordinadas à pressão da Articulação. Em outra matéria, veremos que uma parcela desta corrente se dissolverá na Articulação, mas mesmo a outra parte está tão embebida pelo programa reformista, que aceita docemente o papel de ala esquerda do reformismo, antes porém comentaremos nos próximos números o surgimento da Democracia Socialista, da Convergência Socialista e de Causa Operária.

